

Coleção Identidade brasileira

Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil
Muniz Sodré

Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade nacional
versus identidade negra
Kabengele Munanga

Os nãgô e a morte – Pãde, Àsè e o culto Ègun na Bahia
Juana Elbein dos Santos

SB/UERJ	COMPR	☐
	DOAÇ	☒
	PERNUTA	☐
N.º 6384	18/11/99	

BIBLIOTECA

Luis Rodolfo Vilhena

Pós-Graduação - IFCH

UERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Munanga, Kabengele

Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional
versus identidade negra / Kabengele Munanga. – Petrópolis,
RJ : Vozes, 1999.

Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo.
ISBN 85.326.2208-9

1. Características nacionais brasileiras 2. Identidade –
social – Brasil 3. Mestiçagem 4. Mestiçagem – Brasil 5. Negros
– Brasil – Identidade racial I. Título.

99-0005

CDD-305.800981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Identidade nacional : Aspectos sociais 305.800981
2. Brasil : Identidade negra : Relações raciais : Aspectos
sociais 305.800981
3. Brasil : Mestiçagem : Etnologia cultural : Sociologia 305.800981

Kabengele Munanga

REDISCUTINDO A MESTIÇAGEM NO BRASIL

Identidade nacional *versus*
identidade negra



1990006389

Rediscutindo a mestiçagem no Brasil :
identidade nacional *versus* identidade
308-054(=96)(81) B524

vtls000030874 - ER000322025
Biblioteca do IFCH

EDITORA
VOZES

Petrópolis
1999

© 1999, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra
poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma
e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo
fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou
banco de dados sem permissão escrita da Editora.

BIBLIOTECA
Luis Rodolfo Vinha
Pos-Graduação - IFCH
UFRRJ

FICHA TÉCNICA
GERENTE EDITORIAL
Avelino Grassi
ER-00032202-5

EDITOR
Lídio Peretti

GERENTE INDUSTRIAL
José Luiz Castro

EDITOR DE ARTE
Omar Santos

EDITORIAÇÃO

Editoração e organização literária: Enio Paulo Giachini
Revisão gráfica: Revitec S/C
Paginação: Rosângela Lourenço
Supervisão gráfica: Valderes e Monique Rodrigues

Foto do autor: Fernando Nasser
Imagens de capa: Máscara dos gêmeos do grupo mblo
© Prestel, Munique, Nova York, 1997

ISBN 85.326.2208-9

*Ao professor João Baptista Borges Pereira, cuja
amizade e engajados ensinamentos marcaram significati-
vamente meu processo de conscientização sobre o racis-
mo à moda brasileira e sobre o dilema da população
afro-descendente.*

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

SUMÁRIO

Prefácio, 9

Introdução, 13

Capítulo I – Conceito e história da mestiçagem, 17

1. As ambigüidades do conceito, 17

2. A mestiçagem na história da humanidade, 21

3. A mestiçagem na história do pensamento, 23

4. Os séculos XIX e XX e a questão da mistura das raças na doutrina nórdica, 40

5. Ideologias da mestiçagem, 45

Capítulo II – A mestiçagem no pensamento brasileiro, 50

Capítulo III – Ambigüidade raça/classe e a mestiçagem como mecanismos de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira, 84

Capítulo IV – Mestiçagem contra pluralismo, 90

Capítulo V – Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira, 99

Conclusão: Racismo, mestiçagem *versus* identidade negra, 110

Bibliografia, 129

Conclusão

RACISMO, MESTIÇAGEM VERSUS IDENTIDADE NEGRA

A análise da produção discursiva da elite intelectual brasileira do fim do século XIX ao meado deste, deixa claro que se desenvolveu um modelo racista universalista. Ele se caracteriza pela busca de assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes na "raça" e na cultura do segmento étnico dominante da sociedade. Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras consequências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio.

Por isso, a mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento, constitui peça central da ideologia racial brasileira, embora reconhecamos que todos os intercursos sexuais entre brancos e negros não foram sugeridos por essa ideologia. Algumas citações retomadas da obra *Preto no branco*, de Thomas Skidmore, ilustram eloquentemente a idéia de que a população negra no Brasil representava, do ponto de vista da elite "pensante", uma ameaça ao futuro da raça e da civilização brancas no país e que o processo de branqueamento ofereceria o melhor caminho para aplacar essa ameaça sem conflitos: "Não há perigo (...) de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de

sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções)... acolhe-o, estima-o e aceita-o no seu meio. Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção"¹.

Vê-se que, contrariamente à ideologia racial praticada nos Estados Unidos e que procurava assegurar a supremacia racial branca graças ao sistema segregacionista rígido, a elite brasileira, na sua maioria, pensava que a solução mais segura e definitiva só podia ser eugênica. Uma minoria ínfima representada por Alberto Torres, Manuel Bonfim e Roquete Pinto acreditava numa solução por via educacional. O americano Clayton Cooper, no relato de sua viagem ao Brasil em 1917, observou também essa experiência eugênica e comentou: "Uma honesta tentativa está sendo feita aqui para eliminar os pretos e os pardos pela infusão do sangue branco. Pretende-se que um dos fatores nesse processo seja a seleção natural pela fêmea de um parceiro de cor mais clara do que a sua (...). Certas partes do Brasil, onde são encontrados comparativamente poucos dos tipos negróides ou de pele escura, são dadas como exemplo do progresso já alcançado nessa façanha audaz e sem precedente. Muitos dos brasileiros mais cultos vos dirão que este país revelará um dia ao mundo inteiro o único método existente de interpenetração racial, o único que evitará guerras raciais e derramamento de sangue"².

A experiência brasileira, documenta Thomas Skidmore, chegou até ao ouvido do ex-Presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, que, comentando sua conversa com um membro da elite brasileira, disse:

"A opinião que esposam, tão diversa da nossa, pode ser melhor traduzida pelo que um deles - de sangue branco puro - me disse: Naturalmente, a presença do negro é o verdadeiro

problema, e problema muito sério, tanto no seu país como no meu (...). Mas como o problema permanece... permanece a necessidade de encontrar outra solução (fora da escravidão). Vocês nos Estados Unidos conservam os negros como um elemento inteiramente separado, e tratam-nos de maneira a influir neles o respeito de si mesmos. Permanecerão como ameaça à sua civilização, ameaça permanente e talvez, depois de mais algum tempo, crescente. Entre nós, a questão tende a desaparecer porque os próprios negros tendem a desaparecer e ser absorvidos... O negro puro diminui de número constantemente. Poderá desaparecer em duas ou três gerações, no que se refere aos traços físicos, morais e mentais. Quando tiver desaparecido, estará seu sangue, como elemento apreciável mas de nenhum modo dominante, em cerca de um terço do nosso povo; os dois terços restantes serão brancos puros. Admitindo que a presença de elemento racial negro represente um leve enfraquecimento de um terço da população, os dois outros terços terão, ao contrário, força integral. E o problema negro terá desaparecido. No seu país foi toda a população branca que guardou a força racial de origem, mas o negro ficou, e aumenta de número, com o sentimento cada vez mais amargo e mais vivo do seu isolamento, de modo que a ameaça que representa será mais grave no futuro. Não tenho por feita a nossa solução, mas julgo-a melhor que a sua. Fazemos face, vocês e nós, a alternativas diferentes, cada qual com as suas desvantagens. Penso que a nossa, a longo prazo e do ponto de vista nacional, é menos prejudicial e perigosa que a outra, que vocês nos Estados Unidos, escolheram"³.

A elite brasileira, preocupada com a construção de uma unidade nacional, de uma identidade nacional, via esta ameaçada pela pluralidade étnico-racial. A mestiçagem era para ela uma ponte para o destino final: o branqueamento do povo brasileiro. Mas entre o modelo, a estratégia política montada e a realidade empírica, existe uma certa margem, que não pode ser negligenciada nas considerações sócio-antropológicas da realidade racial brasileira. Sem dúvida a infusão do sangue "branco", pelo intenso processo migratório de origem ocidental por um lado, e as baixas nas taxas de fecundidade e de natalidade no meio da população negra acompanhadas de

altas taxas de mortalidade, por outro lado, ajudaram na diminuição sensível da população negra. Sem dúvida, o processo de mestiçamento no Brasil foi talvez o mais alto e intenso do continente americano nos últimos cinco séculos da nossa história. Não há dúvida de que todas as culturas dos povos que no Brasil se encontraram foram beneficiadas por um processo de empréstimos e de transculturação desde os primórdios da colonização e do regime escravocrata. Mas, a realidade empírica, crua, observada por todos, é a de que o Brasil constitui o país mais colorido do mundo racialmente, isto é, o mais mestiçado do mundo.

O que leva a crer que o projeto de branqueamento, sustentado e experimentado pela elite ideológica e estrategista, como solução às mazelas raciais não surtiu totalmente seus efeitos. Não somente porque ele foi abandonado no meado deste século, mas porque havia também resistências populares às uniões inter-raciais, como comprovado por algumas questões sociológicas. Em função dessas resistências, nem todas as mestiças e todos os mestiços teriam a chance de casar com as pessoas mais claras para ter filhos branqueados. Nem todas as negras e negros teriam a chance de encontrar parceiros sexuais mestiços e brancos que lhes dariam filhos mestiços, futuros candidatos ao branqueamento. Creio eu, que alguns mestiços e negros, muitos ou poucos (pois, estou especulando por falta de estatísticas) não tiveram outra escolha, a não ser o intercursão sexual nos limites do seu grupo étnico.

Apesar dessa diminuição sensível do percentual dos negros e do intenso processo de mestiçamento, fica insustentável, graças às observações empíricas evocadas, a crença no aniquilamento do contingente negro, por um lado, e no branqueamento completo (pelo menos fenotipicamente) de toda a população brasileira, por outro lado. As lições da genética, tiradas das leis mendelianas e suas implicações nas manifestações dos caracteres hereditários recessivos e dominantes, não autorizam aceitar as projeções ideológicas da elite brasileira, de que a diversidade racial, graças às práticas eugenistas, ia ceder lugar a uma nova raça branca, fenotipicamente unitária. O colorido

da população desmente as previsões do modelo, pois a população negra, apesar de decrescer relativamente em relação à população branca e mestiça, voltou lentamente a crescer em termo absoluto. Com efeito, as estatísticas mostram, por um lado, o decréscimo vertiginoso da população negra que, em 1827 chegou a representar 72,5% da população total, 63% em 1830, 20% em 1872, 14% em 1890/1940, 11% em 1950 e 5% em 1990. Mas em termo absoluto, o número de negros passou de 1.995.000 em 1872 a 2.098.000 em 1890; de 6.644.000 em 1940 a 5.693.000 em 1950 e a 7.264.000 em 1990⁴. Houve um lento crescimento que desmentiria todas as projeções ideológicas que falaram em desaparecimento da população negra.

Essas cifras deveriam também ser interpretadas com certa reserva, tendo em vista a ideologia racial brasileira que, segundo Oracy Nogueira, considerava pertinente não a raça de origem, como nos Estados Unidos da América, mas sim o tipo aparente, ou seja, a cor da pele associada a outras marcas sociais de classe. Sendo assim, nos recenseamentos, os indivíduos são classificados não somente em função de seus fenótipos, mas também e sobretudo em função de sua posição social na sociedade. Em outras palavras, o ideal de ser branco, de pele ou socialmente, exige cautela na leitura das estatísticas populacionais por cor da pele no Brasil.

Como diz Octavio Ianni:

“O *status* econômico, jurídico e moral do cativo determinava uma delimitação consequente (...). Pouco a pouco, todavia, escravo, negro e mulato foram sendo utilizados como expressões sinônimas para significar o que é cativo. Paulatinamente, em consequência, à medida que negros e mulatos eram libertos, carregavam consigo atributos do grupo original. Na cor, na especialização profissional, no universo verbal, no modo de vestir-se, de comportar-se, etc., levavam os atributos socialmente definidos como específicos do ex-escravo”⁵.

A demógrafa Elza Berquó observou que, nos últimos quarenta anos, houve uma relativa diminuição do número dos brancos e negros e um aumento dos mestiços. A população

branca teria aumentado em média 2,10% por ano de 1940 a 1950; 2,94% de 1950 a 1960; 2,16% de 1960 a 1980. Nas mesmas épocas, os negros diminuíram 0,58% (1940-50); aumentaram 0,84% (1950-60) e recaíram 0,61% (1960-80). Comparativamente a essa diminuição relativa de brancos e negros, o número de mestiços cresceu 4,62% entre 1940 e 1950; 4,09% entre 1950 e 1960 e 4,05% entre 1960 e 1980⁶. É também de observar que se a categoria censitária “parda”, na qual se incluem todos os mestiços, de acordo com os censos de 1980 e 1990, representa 39% da população⁷, o número real deveria ser superior a essa percentagem, porque em função do mesmo ideal do branqueamento, muitos mestiços claros são drenados na categoria censitária “branca”, como muitos negros claros são ou podem ser contados na categoria “parda”.

Em outros países do mundo, em particular na antiga África do Sul e nos Estados Unidos desenvolveu-se um modelo de racismo oposto ao do Brasil, o racismo diferencialista. Este racismo, em vez de procurar a assimilação dos “diferentes” pela miscigenação e pela mestiçagem cultural, propôs, ao contrário, a absolutização das diferenças e, no caso extremo, o extermínio físico dos “outros” (por ex. o nazismo). A dinâmica do racismo diferencialista levou ao desenvolvimento de sociedades pluriculturais hierarquizadas, ou seja, sociedades desiguais e antidemocráticas (por ex. o *apartheid* e o sistema *Jim Crow*). Se, por um lado, esse tipo de racismo engendrou o segregacionismo, por outro lado sua dinâmica permitiu a construção de identidades raciais e étnicas fortes no campo dos oprimidos desses sistemas.

Os dois modelos de racismo engendraram também dois modelos de anti-racismo, cópias negativas dos primeiros, com conteúdo identitário diferente. O anti-racismo universalista, oposto ao racismo universalista do qual nasceu, busca a integração na sociedade nacional, baseando-se nos valores universais do respeito à natureza humana, sem discriminação de cor, raça, sexo, cultura, religião, classe social, etc. É o chamado integracionismo fundamentado no indivíduo “universal”. Consequentemente, esse anti-racismo, colocado em benefício

da identidade nacional na qual deveriam ser integrados os membros dos grupos minorados, contribui na desconstrução da identidade étnica. Por isso, em situação de resistência cultural por parte dos segmentos dominados e inferiorizados, a elite dominante defensora da unidade étnica do país, coerente com sua proposta e por falta de melhores alternativas, recupera inteligentemente os conteúdos dessa resistência nos componentes simbólicos da identidade nacional, tornando-os peças importantes do sincretismo recuperador da unidade não realizada pelo processo de branqueamento⁸. É por isso que a Frente Negra Brasileira, que tentou lutar contra o racismo fazendo apenas uma oposição à discriminação racial dentro da identidade nacional defendida pela ideologia racista universalista, sem referência à identidade do seu grupo de origem, foi considerada como movimento integracionista.

O anti-racismo diferencialista, oposto ao racismo diferencialista do qual nasceu, busca a construção de uma sociedade igualitária baseada no respeito das diferenças tidas como valores positivos e como riqueza da humanidade. Ele prega a construção de sociedades plurirraciais e pluriculturais; defende a coexistência no mesmo espaço geopolítico e no mesmo pé de igualdade de direitos, de sociedades e culturas diversas. Sem dúvida, o *apartheid* ofereceu a versão mais degradante e intolerante do pluriculturalismo, ao defender a coexistência no mesmo território, em espaços segregados, dos povos e culturas que não deviam se comunicar e se tocar, obrigados a viver separados do berço ao túmulo.

Contrariamente ao uniculturalismo presente no modelo racial brasileiro, o pluriculturalismo do *apartheid* exigia que o Estado mantivesse segregadas as culturas oprimidas em vez de assimilá-las. As comunidades negras foram aprisionadas e confinadas nos chamados bantustões ou "homelands". Fechando-as dentro dos limites de suas identidades étnicas, que o regime do *apartheid* fez questão de preservar, ficava mais fácil segregá-las e atizar as rivalidades entre elas, a fim de melhor dominá-las.

Fora do *apartheid*, os movimentos sociais negros e outras chamadas minorias étnicas se mobilizam em favor de um plu-

riculturalismo mais liberal e democrático, que aceita todas as culturas sem tomar partido por nenhuma delas. Exigem que o Estado possa intervir no máximo para assegurar a coexistência pacífica de todas, evitando os conflitos. Tanto a corrente "falar politicamente correto" deflagrada pelo movimento negro e outras minorias étnicas dos Estados Unidos, quanto as exigências do reconhecimento e do respeito das diferenças por parte dos movimentos e entidades negros que lutam pela democratização do Brasil, representam versões liberais e democráticas do pluriculturalismo.

O racismo universalista, teoricamente não se opôs à mestiçagem como também não desenvolveu uma mixofobia. A miscigenação lhe oferecia o caminho para afastar a diferença ameaçadora representada pela presença da "raça" e da cultura negra na sociedade. O racismo diferencialista, teoricamente se opôs à mestiçagem por ela considerada como apagadora da diferença que confere o *status* de superioridade à "raça" dominante e que legitima a dominação e a exploração.

A elite "pensante" do Brasil foi muito coerente com a ideologia dominante e o racismo vigente ao encaminhar o debate em torno da identidade nacional cujo elemento de mestiçagem ofereceria teoricamente o caminho. Se a unidade racial procurada não foi alcançada, como demonstra hoje a diversidade cromática, essa elite não deixa de recuperar essa unidade perdida recorrendo novamente à mestiçagem e ao sincretismo cultural. De fato, o que está por trás da expressão popularmente tantas vezes repetida: "no Brasil todo mundo é mestiço", senão a busca da unidade nacional racial e cultural? Esta busca é ideologicamente recuperada, no meu entender, na obra *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro.

Uma aproximação final entre a classificação racial nos Estados Unidos e na África do Sul, no regime do *apartheid*, ajudaria bastante a captar as consequências da classificação racial brasileira na indefinição da identidade negra/mestiça numa única identidade mobilizadora. Com efeito, nos Estados Unidos, onde a classificação racial é dualista ou binária, isto é,

baseada na polarização negro-branco, os mestiços, como categoria social possuidora de identidade própria, não existem, pois são considerados simplesmente "blacks" pela lei de uma gota de sangue (*one-drop rule*). Embora os norte-americanos tivessem, já no século passado, implantado um sistema racial tripartite com a categoria intermediária de "mulato", atualmente a regra de filiação racial predominante é a hipodescendência, ou seja, a filiação dos indivíduos miscigenados ao grupo considerado inferior⁹. De outro modo, a regra, segundo a qual qualquer traço de ascendência negra torna uma pessoa negra, independentemente de sua fenotípia, é aceita como critério de definição de "negro" nos Estados Unidos, tanto pelos negros quanto pelos brancos.

Na África do Sul (*apartheid*), criou-se um sistema de classificação racial que compreendia as categorias branca ou "europeian", negra ou "african" (bantou), e mestiço ou "coloured red". Ali, como nos Estados Unidos, a categoria "coloured", que inclui todo o "mixed blood", é também baseada na regra *one-drop*, isto é, qualquer sinal ou prova de ascendência negra define a classificação dos portadores na categoria "coloured". Em vez de serem considerados negros como nos Estados Unidos, os "coloured" constituem uma categoria social apartada como brancos e negros. Vendo por esse ângulo, eles funcionam como uma categoria tampão entre a população classificada como branca e a maioria da população nativa, classificada como negra, "african" ou "bantou"¹⁰.

No Brasil, a classificação racial dá ao mestiço uma posição e um lugar que nada têm a ver com as classificações norte-americanas e sul-africanas. Em primeiro lugar, trata-se de uma classificação racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue como nos Estados Unidos e na África do Sul¹¹. Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria "branca". Jamais poderá ser rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico. Seria o caso dos

poucos e raros mestiços politicamente mobilizados e que se consideram negros para forjar a solidariedade e a identidade política de todos os oprimidos. É preciso deixar claro que estamos nos posicionando no plano ideológico e coletivo e não no periférico das relações individuais, pois, neste último, quando a competição é acirrada entre indivíduos mestiços e brancos, conhecemos vários casos em que o Dr. X, mestiço, é simplesmente reduzido à expressão popular de "Neginho metido"¹².

Contudo, na construção do sistema racial brasileiro, o mestiço é visto como ponte transcendente, onde a tríade branco-indio-negro se encontra e se dissolve em uma categoria comum fundante da nacionalidade¹³. Daí o mito de democracia racial: fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço. No sistema classificatório utilizado por cientistas sociais e ideólogos negros, usa-se a polarização preto/branco ou negro/branco, enquanto que na auto-representação popular, usa-se um sistema relacional baseado no binômio claro/escuro. Esse gradiente claro/escuro, segundo Ivonne Maggie, faz a ponte entre os termos do sistema polar negro/branco, valoriza diferenças por contigüidade e dilui as oposições, por serem relacionados¹⁴.

"Ser escuro é ser menos e ser claro é ser mais, portanto, há um princípio de valor cultural e, nesse sentido, os escuros são negros e os claros são brancos. Os escuros vieram da África e os brancos da Europa. [...] Mas, ao construir-se esse contínuo gradual de cores, constrói-se, ao mesmo tempo, a oposição de brilho e ausência de brilho, ou seja, no limite os claros são brancos e os escuros são pretos, valorizam-se ou hierarquizam-se os tons, e os claros são melhores"¹⁵.

Seremos brancos no futuro, e não haverá mais diferenças, um só povo, porque desde a origem houve miscigenação. Há pessoas que oralmente interpretam o aumento cada vez mais crescente de mestiços na população brasileira como a realização do ideal do branqueamento, ou seja, do sonho ou da ilusão de "sermos" brancos no futuro.

O levantamento feito pelo historiador Clóvis Moura, após o censo de 1980, ilustra com eloquência a adesão popular ao mito de democracia racial brasileira e ao ideal do branqueamento sustentados pela mestiçagem. Inquiridos os brasileiros não brancos sobre a sua cor, eles responderam que era:

“Acastanhada, agalegada, alva, alva-escura, alvarente, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelo-sa, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem-branca, bem-clara, bem-morena, branca, branca-avermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-sardenta, branca-suja, branquica, branquinha, bronze, bronzeada, bugrelinha-escura, burro-quando-foge, cabocla, caboverde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha-clara, cobre-corada, cor-de-café, cor-de-canela, cor-de-cuica, cor-de-leite, cor-de-ouro, cor-de-rosa, cor-firme, crioula, encerrada, enxofrada, esbranquecimento, escurinha, fogoio, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira-clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marron, meio-amarela, meio-branca, meio-morena, meio-preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena-bem-chegada, morena-bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena-cori-de-canela, morenada, morena-escura, morena-fechada, morenã, morena prata, morena-roxa, morena-ruiva, morena-trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negreta, pálida, paraíba, parda, parda-clara, polaca, pouco-clara, pouco-morena, preta, pretinha, puxa-para-branca, quase-negra, queimada, queimada-de-praia, queimada-de-sol, regular, regular, rosa, rosada, rosa-queimada, roxa, ruiva, ruço, sapecada, sarará, sarauá, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor”¹⁶.

O que significa o total de 136 cores levantadas nessa pesquisa? Emprestando os argumentos do próprio autor citado, esse total de cores demonstra como o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é branco: “a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificados, usados pelos

próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador”¹⁷.

As preocupações de vários autores aos quais me referi no decorrer deste trabalho para compreender a construção da categoria mestiça na sociedade brasileira têm algo de antropologia especulativa, asfixiada pelo naturalismo, pelo darwinismo, pelo eugenismo e pela ideologia dominante. Sem dúvida, foi graças ao questionamento desses autores que conseguimos nos colocar na pista histórica da construção da ideologia racial brasileira. Mas não deveríamos esquecer que falamos de “Mulher” e de “Homem” brasileiros, históricos e reais, de indivíduos reais cujas ações e condições de existência material podem empiricamente ser observadas. E essa observação empírica mostra nos fatos, sem nenhuma especulação nem mistificação, a posição ocupada por negros e mestiços na estrutura social, política e econômica do Brasil.

Pensada como uma categoria que serviria de base na construção da identidade nacional, a mestiçagem não conseguiu resolver os efeitos da hierarquização dos três grupos de origem e os conflitos de desigualdade raciais resultantes dessa hierarquização. Na verdade, os mestiços entraram nessa relação diferencial constituindo uma categoria intermediária, hierarquizada entre branco e negro/índio. Porém, eles não constituem uma categoria estanque pelo fato de o preconceito racial brasileiro ser de cor e não de origem (*one-drop*) como nos Estados Unidos e na antiga África do Sul. Ao combinar o critério de cor, ou seja, o grau de mestiçagem e a condição socioeconômica, eles podem atravessar a linha de cor e reclassificar-se no grupo branco. Nos primeiros meses de campanha política às eleições presidenciais de 1994, o então candidato mais cotado fez uma declaração à imprensa alegando que é “mulatinho e tem os pés na cozinha”. Esse exemplo, embora considerado depois pelo próprio autor como brincadeira, tem um fundo de verdade. Mostra que a possibilidade do mestiço

brasileiro de realizar o "passing", embora difícil, não é impossível. Muitos entre "nós" já teriam atravessado a fronteira.

Talvez esteja nesse ponto a inteligência, bem como a eficácia, ou melhor, a originalidade do sistema racial brasileiro, que é capaz de manter uma estrutura racista sem hostilidades fortemente abertas como se observa em outros países. Como explicar que, numa nação complexa, construída num imenso território, com uma população estimada de 160 milhões de habitantes, numa nação marcada pelas diversidades étnicas e raciais, não se observem fenômenos de afirmação de identidades étnicas acompanhados de busca de autonomia e separatismo, com tanta força como acontece atualmente em alguns países ocidentais? A explicação estaria na ideologia brasileira, profundamente assimilativa e assimilationista, capaz de criar constrangimento para os grupos que procuram se manter afastados da sociedade nacional¹⁸.

Essa ideologia não só procurou inseminar fatores culturais capazes de dominar as heranças culturais dos grupos étnicos que ela englobou, como conseguiu suscitar em toda a população, por mais heterogênea que seja, o sentimento de um destino comum, com maior poder de mobilização que o de origem étnica particular.

Não devemos deixar de constatar que, atualmente, brancos e negros brasileiros compartilham, mais do que imaginam, modelos comuns de comportamento e de idéias. Os primeiros são mais africanizados, e os segundos mais ocidentalizados do que imaginam. "Quando o negro brasileiro interpreta de forma distinta, até mesmo oposta, a história brasileira, ele pode, sem dúvida, minimizar seu pertencimento brasileiro como forma de protesto ao mundo ocidental. Mas ele não pode negar seu pertencimento em termos de heranças culturais, sustentado por quase cinco séculos de coexistência no mesmo espaço geopolítico e do entrelaçamento de seus respectivos patrimônios culturais"¹⁹.

Na sua retórica contra as desigualdades raciais, os movimentos negros organizados enfatizam, entre outros, a recons-

trução de sua identidade racial e cultural como plataforma mobilizadora no caminho da conquista de sua plena cidadania. Eles preconizam que cada grupo respeite sua imagem coletiva, que a cultive e dela se alimente, respeitando ao mesmo tempo a imagem dos outros... Ora, uma tal proposta esbarra na mestiçagem cultural, pois o espaço do jogo de todas as identidades não é nitidamente delimitado. Como cultivar independentemente seu jardim se não é separado dos jardins dos outros? No Brasil atual, as cercas e as fronteiras entre as identidades vacilam, as imagens e os deuses se tocam, se assimilam. Por isso, tem-se certa dificuldade em construir identidade racial e/ou cultural "pura", que não possa se misturar com a identidade dos outros²⁰.

A cidade de São Paulo oferece o melhor exemplo de mistura de identidade, apesar de se considerar como uma das primeiras cidades mais ocidentalizadas da América Latina. Como argumenta François Laplantine: "em São Paulo como no Brasil, não se escolhe entre a ordem e a desordem, entre a doçura e a violência, entre a sabedoria e a loucura, entre a lógica da razão e aquela expressa pelas divindades invocadas hoje e rechebidas do mundo inteiro. Milhares de religiões imigradas, trazidas da Europa, da Ásia ou dos Estados Unidos ou então matizadas e formadas no cadinho brasileiro, estão presentes na cidade, e graduações sutis fazem com que se passe de uma a outra sem ruptura e sem contradição aparente"²¹. Uma questão muitas vezes levantada: afinal, o que distingue profundamente a sociedade brasileira das outras sociedades da América Latina, todas herdeiras da colonização ibérica? É principalmente sua formação ternária com forte reapropriação do componente negro. Com efeito, na cidade de São Paulo, onde o número de terreiros de candomblé é cada vez mais crescente, se multiplicam particularmente as casas chamadas de "africanização", essencialmente freqüentadas por descendentes de italianos, espanhóis e alemães que afirmam, nessa busca pelas origens da África, não uma africanidade fictícia, mas uma brasilidade real²².

Os movimentos negros brasileiros contemporâneos, nascidos na década de 70, retomaram a bandeira de luta dos movimentos anteriores representados pela Frente Negra, substituindo o anti-racismo universalista pelo anti-racismo diferencialista. Sob a influência dos movimentos negros americanos, eles tentam dar uma redefinição do negro e do conteúdo da negritude no sentido de incluir neles não apenas as pessoas fenotipicamente negras, mas também e sobretudo os mestiços descendentes de negros, mesmo aqueles que a ideologia do branqueamento já teria roubado. Esta definição do ponto de vista do movimento negro corresponde à classificação dualista ou bi-racial negro/branco que nada tem a ver com a classificação cromática plural, popular, cujo levantamento a partir do censo de 1980 deu cerca de 136 cores. Essa divergência sobre a sua "autodefinição", observada entre os *afros* politicamente mobilizados através dos movimentos negros de um lado, e as bases negras constituindo a maioria não mobilizada, de outro lado, configura o nó do problema na formação da identidade coletiva do negro. Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto apropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços?

Apesar das dificuldades e obstáculos, os movimentos negros têm a consciência de que sem forjar essa definição e sem a solidariedade de negros e mestiços, não há nenhum caminho no horizonte capaz de desencadear o processo de mobilização política. Os resultados de sua luta, embora imprevisíveis a longo prazo, deram alguns sinais positivos, no campo da semântica utilizada pelos políticos e jornalistas sobre o conceito de negro. Com efeito, desde a abertura democrática, alguns poucos e raros afro-brasileiros que se candidataram a cargos legislativos e executivos em nível nacional, estadual e municipal, foram todos, independentemente de suas nuances de cor, nivelados no conceito de negro forjado pelos movimentos negros sob a influência dos movimentos norte-americanos. As-

sim, os então governadores do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de Sergipe foram tratados como primeiros governadores negros do Brasil e foram discriminados durante a campanha eleitoral como negros, apesar de serem, em sua maioria, nitidamente mestiços. Celso Pita é considerado como o primeiro negro eleito do município de São Paulo, apesar dele ter também todos os traços do mestiço indistigável. Mas a questão que fica no ar, e que mereceria uma pesquisa, é saber se no imaginário da maioria da população brasileira (branca, negra, indígena, oriental, mestiça), Celso Pita é visto como um negro de acordo com o imaginário político. O fato do próprio prefeito Celso Pita se assumir politicamente como negro poderia pedagógica e psicologicamente criar um efeito de auto-estima na maioria da população negra e mestiça que, de uma hora para outra abandonaria o ideário do branqueamento cultivado há quase um século para assumir sua negritude?

Uma outra influência na redefinição do negro vem através da revista *Raça Brasil*, uma revista de moda, também inspirada das revistas negras dos Estados Unidos que têm uma definição etno-semântica do negro baseada na lei de uma gota de sangue (*one-drop*). As pessoas exibidas nessa revista, na sua maioria bonitas e mestiças do ponto de vista da classificação popular "múltipla"²³, são consideradas ou se consideram negras. Mas trata-se de uma nova imagem do negro, política e ideologicamente induzida pelos responsáveis e pensadores da revista. Até que ponto todas as leitoras e leitores dessa revista se identificam com os personagens desenhados, a ponto de assumirem todos a negritude e a identidade negras? É uma outra pergunta que mereceria uma enquête. No entanto, sabemos que a revista *Raça Brasil*, apesar de sua grande tiragem, só atinge a classe média negra e branca. Por isso, fica difícil medir imediatamente seus efeitos psicológicos e pedagógicos na grande massa negra e mestiça que mal chega a ela, sem uma pesquisa baseada numa amostra representativa.

Apesar do esforço dos movimentos negros em redefinir o negro, dando-lhe uma consciência política e uma identidade étnica mobilizadoras, contrariando a ideologia de democracia

adiada, pois espera, um dia, ser "branco", pela miscigenação e/ou ascensão social.

Notas da conclusão

1. Veríssimo, José. Jornal do comércio, 4 de dezembro, 1899, *apud* Skidmore, Thomas. *Op. cit.*, p. 90.
2. Cooper, Clayton Sedgwick. *The Brazilian and Their Country*. *Apud* Skidmore, Thomas. *Op. cit.*, p. 91.
3. Roosevelt, Theodore. *Brazil and The Negro*, p. 410-411. *Apud* Skidmore, Thomas. *Op. cit.*, p. 92-93.
4. Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística (Laboratório de Estatística). *Anuário estatístico do Brasil*, 1993.
5. Ianni, Octavio. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, p. 238.
6. Berquó, Elza. *Demografia da desigualdade. Algumas considerações sobre o negro no Brasil*. Comunicação apresentada na reunião "The demography of inequality in contemporary Latin America", Universidade da Flórida, 21-24 de fevereiro de 1988.
7. Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística (Laboratório de Estatística). *Anuário estatístico do Brasil*, 1993.
8. Ver a esse respeito, uma análise minuciosa de Pereira, João Baptista Borges, no seu artigo "A cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência", *In: Dédalo* (23), 1984, p. 177-187.
9. David, F. James. Who is Black? One Notion's Definition. Pennsylvania State University Press, 1991. *Apud* Munanga, Kabengele. "Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil". *In: Schwarcz, Lília Moritz & Reis, Letícia Vidor de Souza (orgs.). Negras imagens*. São Paulo, Edusp/Estação Ciência, 1996.
10. Ribeiro, Fernando Rosa. *Coloured: O estancamento da mediação racial na África do Sul*. Rio de Janeiro, inédito, 1994, p. 24-25.
11. Nogueira, Oracy. *Tanto preto quanto branco*. *Op. cit.*
12. Munanga, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. *In: Schwarcz, Lília Moritz & Reis, Letícia Vidor de Souza. Op. cit.*, p. 186.
13. Da Matta, Roberto. Digressão, a fábula das três raças. *In: Da Matta, Roberto. Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
14. Maggie, Ivonne. *A ilusão do concreto: Análise do sistema de classificação racial no Brasil*. Tese de titulação, Rio de Janeiro, UFRJ, 1991, p. 79-80.
15. Maggie, Ivonne. *Op. cit.*, p. 81.
16. Moura, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988, p. 64.
17. Moura Clóvis. *Op. cit.*, *idem*.
18. Gnaccarini, José César & Queiroz, Renato da Silva. Problèmes ethniques d'un pays multiracial. *In: Passarelles* (5), 1992, p. 55.
19. d'Adesky, Jacques Edgar François. *Pluralismo e identidade étnica no Brasil*. Rio de Janeiro, inédito, 1994, p. 59.

sim, os então governadores do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de Sergipe foram tratados como primeiros governadores negros do Brasil e foram discriminados durante a campanha eleitoral como negros, apesar de serem, em sua maioria, nitidamente mestiços. Celso Pita é considerado como o primeiro negro eleito do município de São Paulo, apesar dele ter também todos os traços do mestiço indistigível. Mas a questão que fica no ar, e que mereceria uma pesquisa, é saber se no imaginário da maioria da população brasileira (branca, negra, indígena, oriental, mestiça), Celso Pita é visto como um negro de acordo com o imaginário político. O fato do próprio prefeito Celso Pita se assumir politicamente como negro poderia pedagógica e psicologicamente criar um efeito de auto-estima na maioria da população negra e mestiça que, de uma hora para outra abandonaria o ideal do branqueamento cultivado há quase um século para assumir sua negritude?

Uma outra influência na redefinição do negro vem através da revista *Raça Brasil*, uma revista de moda, também inspirada das revistas negras dos Estados Unidos que têm uma definição etno-semântica do negro baseada na lei de uma gota de sangue (*one-drop*). As pessoas exibidas nessa revista, na sua maioria bonitas e mestiças do ponto de vista da classificação popular "múltipla"²³, são consideradas ou se consideram negras. Mas trata-se de uma nova imagem do negro, política e ideologicamente induzida pelos responsáveis e pensadores da revista. Até que ponto todas as leitoras e leitores dessa revista se identificam com os personagens desenhados, a ponto de assumirem todos a negritude e a identidade negras? É uma outra pergunta que mereceria uma enquête. No entanto, sabemos que a revista *Raça Brasil*, apesar de sua grande tiragem, só atinge a classe média negra e branca. Por isso, fica difícil medir imediatamente seus efeitos psicológicos e pedagógicos na grande massa negra e mestiça que mal chega a ela, sem uma pesquisa baseada numa amostra representativa.

Apesar do esforço dos movimentos negros em redefinir o negro, dando-lhe uma consciência política e uma identidade étnica mobilizadoras, contrariando a ideologia de democracia

20. Munanga, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: Algumas reflexões críticas sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: Spink, Mary Jane Paris (org.). *A cidadania em construção*. São Paulo, Cortez, 1994, p. 184.
21. La Plantine, François & Olievenstein, Claude. *Um olhar francês sobre São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 55.
22. La Plantine, François & Olievenstein, Claude. *Op. cit.*, p. 65.
23. Ver a respeito dessa classificação o artigo de Fry, Peter. O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a "política racial" no Brasil. In: *Revista USP* (28), 1995/1996, São Paulo, p. 122-135.
24. Fry, Peter. *Op. cit.*, p. 133.
25. Pereira, João Baptista Borges. Racismo à brasileira. In: Munanga, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 75.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRE, Luiz Felipe. (1985) Geopolítica da mestiçagem. São Paulo, In: *Novos estudos*, CEBRAP, n° 11.
- AZEVEDO, Thales de. (1951) *Civilização e mestiçagem*. Salvador, Progresso.
- . (1952) *Les Elites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, UNESCO.
- . (1955) *As elites de cor – um estudo de ascensão social*. São Paulo, Editora Nacional.
- . (1975) *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes.
- BACELAR, Jeferson. (1989) *Etnicidade. Ser negro em Salvador*. Salvador, Edições Ianama/PENBA.
- BALIBAR, Etienne; Wallestein, Immanuel. (1988) *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*. Paris, Editions La Découverte.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. (1955) *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, UNESCO/ANHEMBI.
- . (1959) *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo, Editora Nacional.
- . (1972) *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.